

Politicamente fascista (MARCELO COELHO)

O COMEDIANTE Danilo Gentili pediu desculpas pela piada antissemita que divulgou no Twitter. A saber, a de que os velhos de Higienópolis temem o metrô no bairro porque "a última vez que eles chegaram perto de um vagão foram parar em Auschwitz".

Aceitar suas desculpas pode ser fácil ou difícil, conforme a disposição de cada um. O difícil é imaginar que, com isso, ele venha a dizer menos cretinices no futuro. Não aguentei mais do que alguns minutos do programa "CQC", na TV Bandeirantes, do qual é ele uma das estrelas mais festejadas. Mas há um vídeo no YouTube, reproduzindo uma apresentação em Brasília do seu show "Politicamente Incorreto", em outubro de 2010. Dá para desculpar muita coisa, mas não a falta de graça. O nome oficial do Palácio do Planalto é Palácio dos Despachos, diz ele. "Deve ser por isso que tem tanto encosto lá." Quem o construiu foi Oscar Niemeyer, continua o humorista. E construiu muitas outras coisas, como as pirâmides do Egito.

A plateia tenta rir, mas só fica feliz mesmo quando ouve que Lula é cachaceiro, ou que (rá, rá) o nome real de Sarney é Ribamar. Prossegue citando os políticos que Sarney apoiou; encerra a lista dizendo que ele só não apoiou o próprio câncer porque "o câncer era benigno".

Os aplausos e risadas, pode-se acreditar, vêm menos da qualidade das piadas e mais da vontade de manifestação política do público. Detestam-se, com razão, os abusos dos congressistas brasileiros. Só por isso, imagino, alguém ri quando Gentili diz preferir que a capital do país ficasse no Rio: "Lá pelo menos tem bala perdida para acertar deputado".

Melhor parar antes que eu fique sem respiração de tanto rir. Como se vê, em todo caso, o título do show não é bem o que parece. "Politicamente incorreto", no caso, faz referência às coisas erradas feitas pelos políticos, mais do que ao que há de chocante em piadas sobre negros ou homossexuais.

A questão é que o rótulo vende. Ser "politicamente incorreto", no Brasil de hoje, é motivo de orgulho. Todo pateta com pretensões à originalidade e à ironia toma a iniciativa de se dizer "incorreto" - e com isso se vê autorizado a abrir seu destampatório contra as mulheres, os gays, os negros, os índios e quem mais ele conseguir. Não nego que o "politicamente correto", em suas versões mais extremadas, seja uma interdição ao pensamento, uma polícia ideológica.

Mas o "politicamente incorreto", em sua suposta heresia, na maior parte das vezes não passa de banalidade e estupidez. Reproduz preconceitos antiquíssimos como se fossem novidades cintilantes. "Mulheres são burras!" "Ser contra a guerra é viadagem!" "Polícia tem de dar porrada!" "Bolsa Família serve para engordar vagabundo!" "Nordestino é atrasado!" "Criança só endireita no couro!"

Diz ou escreve tudo isso, e não disfarça um sorrisinho: "Viram como sou inteligente?". "Como sou verdadeiro?" "Como sou corajoso?" "Como sou trágico?" "Como sou politicamente incorreto?" O problema é que "politicamente incorreto", na verdade, é um rótulo enganoso. Quem diz essas coisas não é, para falar com todas as letras, "politicamente incorreto". Quem diz essas coisas é politicamente fascista.

Só que a palavra "fascista", hoje em dia, virou um termo... politicamente incorreto. Chegamos a um paradoxo, a uma contradição. O rótulo "politicamente incorreto" acaba sendo uma forma eufemística, bem-educada e aceitável (isto é, "politicamente correta") de se dizer reacionário, direitista, fascistoide. A babaquice, claro, não é monopólio da direita nem da esquerda. Foi a partir de uma perspectiva "de esquerda" que Danilo Gentili resolveu criticar "os velhos de Higienópolis" que não querem metrô perto de casa.

Uma ou outra manifestação de preconceito contra "gente diferenciada", destacada no jornal, alimentou a fantasia mais cara à elite brasileira: a de que "elite" são os outros, não nós mesmos. Para limpar a própria imagem, nada melhor do que culpar nossos vizinhos.

Os vizinhos judeus, por exemplo. É este um dos mecanismos, e não o vagão de um metrô, que ajudam a levar até Auschwitz.

Folha de São Paulo, maio de 2011.

"Como voltou, se não saiu?" (PASQUALE CIPRO NETO)

"PROFESSOR, A FRASE É do Arrigo Sacchi, não do Néelson Rodrigues. abs. jk" Foi exatamente essa a mensagem que o querido Juca Kfoury me enviou nos primeiros minutos da manhã da quinta-feira passada.

Juca se referia à frase com que abri a minha última coluna ("Néelson Rodrigues dizia que o futebol é a coisa mais importante entre as menos importantes"). Respondi isto a Juca: "Meu Caro, jura? E de onde eu tirei que é do Néelson? A velhice...". Resposta de Juca: "Tirou da ideia de que tudo de bom em matéria de frases sobre futebol vem dele. E da fadiga de materiais, é claro".

Não sei qual das duas afirmações de Juca é mais certa, ou seja, não há dúvida da existência da

"fadiga de materiais" (a velhice é inexorável), mas também não é menos verdade que Néelson cunhou ótimas frases sobre o futebol, muitas das quais hiperbolicamente hiperbólicas.

É por aí que quero entrar na conversa de hoje: a hipérbole, a metáfora, a ironia. É desesperador ver que as pessoas captam cada vez menos essas figuras -levam tudo ao pé da letra. Antes que me esqueça, a hipérbole é a figura do exagero. Quando dizia, por exemplo, que "os europeus têm saúde de vaca premiada", Néelson exagerava para falar do porte físico dos jogadores europeus, que, para ele, eram fortes, mas não tinham o talento dos nossos.

A hipérbole talvez não seja o melhor exemplo de figura que muitos não entendem, já que, bem ou mal, estamos habituados a ouvi-la, lê-la e usá-la. Quem é que nunca exagerou no tempo que passou à espera de algo ou de alguém? "Fiquei duas horas lá!", dizemos muitas vezes depois de uma espera de 10 ou 15 minutos. A hipérbole é tão comum que, quando de fato passamos duas horas à espera de algo ou alguém, precisamos desfazer a ideia de exagero, com algo como "mas duas horas mesmo, de relógio, marcadinhas". E ainda assim muitas vezes as pessoas nos olham com descrença.

Recentemente, numa coluna em que falei de uma construção presente em "Detalhes", de Roberto Carlos e Erasmo Carlos ("Mas na moldura não sou eu quem lhe sorri"), escrevi o seguinte: "De uns tempos para cá, com o "resgate" promovido por algumas bandas (Titãs e outras), o Rei "voltou" ao lugar de onde nunca saíra". Pois não é que muita gente me escreveu para perguntar como é possível alguém voltar a um lugar de onde nunca saiu? Será que o contexto e as aspas que envolviam a palavra "voltou" não foram suficientes para que ficasse claro que eu queria dizer que o Rei nunca saiu do lugar em que estava, ou seja, o trono?

Parece que virou pecado ser irônico... A velha e fina ironia machadiana, então, deve ser grego para quem leva tudo ao pé da letra. Em "Memórias Póstumas de Brás Cubas", encontra-se esta clássica passagem: "Marcela amou-me durante quinze meses e onze contos de réis". Certa vez, a Unicamp pediu aos candidatos que explicassem como Machado construiu a ironia que há no trecho. Como se vê, o Bruxo do Cosme Velho empregou a expressão "onze contos de réis" para integrar o adjunto adverbial "durante quinze meses e onze contos de réis", ou seja, empregou um valor monetário para designar a "duração" do amor. Marcela não amou coisíssima nenhuma.

Mais uma vez digo que, nestes tristíssimos tempos do ultramegachato politicamente correto, a coisa é feia, é braba. Ser irônico ou hiperbólico é um perigo. Corre-se o risco do não entendimento, ou -pior- do entendimento literal, que, no caso, é o entendimento às avessas. Em tempo: Arrigo Sacchi foi o treinador da seleção da Itália na Copa de 94, aquela dos pênaltis. É isso.

inculta@uol.com.br - Folha de São Paulo, maio de 2011.

O ataque à camareira (DRAUZIO VARELLA)

NOS HOTÉIS, os homens americanos tomam a precaução de sair quando a camareira entra para arrumar o quarto. Vão tomar um café, dão a volta no quarteirão, aproveitam para comprar o jornal, ver o sol, a neve ou os carros que passam, mas no quarto não ficam de jeito nenhum. Estão cansados de saber que no país deles acusação de assédio sexual dá cadeia.

Uma pena o ex-diretor-gerente do FMI (Fundo Monetário Internacional) não ter amigos americanos. Eles o teriam advertido para não dar moleza para o azar; teriam dito que Nova York não é local seguro para realizar fantasias sexuais, nem mesmo para o futuro presidente da França. Para não negar ao acusado o benefício da dúvida, sou tentado a imaginar que ele tenha sido vítima de alguma armação ou de um "jet lag" internacional.

Homens que viajam muito correm risco de momentaneamente perder a noção do lugar em que se encontram. Digo por experiência própria, já perdi tempo em Salvador procurando uma livraria de Recife. Ludibriado pelos fusos horários e pelo fato de todos os hotéis de luxo serem iguais, quem sabe não julgou estar no Brasil ou em outro país permissivo como o nosso, no qual um homem endinheirado pode atacar as mulheres mais humildes com total liberdade.

Infelizmente para ele, nos Estados Unidos assalto sexual é considerado crime grave. Lá, dão voz de prisão, algemam e mandam o agressor para a cadeia. Seja quem for. O policial tem autoridade para prender e o juiz para julgar sem que o Poder Executivo ouse interferir, especialmente nos casos rumorosos.

Se tal incidente tivesse acontecido no Brasil, qual a probabilidade de um Don Juan fora de forma, com as ligações políticas e as características socioeconômicas do protagonista, ir parar no Centro de Detenção Provisória do Belém ou no cadeiaão de Pinheiros? O que diriam do passado e da conduta moral da camareira? Seria ela processada por falso testemunho?

Anos atrás visitei o presídio de Rykers Island, em Nova York. É um complexo formado por vários edifícios, bem organizado, com mais de 10 mil prisioneiros distribuídos de acordo com a faixa etária, o grau de periculosidade e o tipo de crime cometido. Faz parte do conjunto um navio antigo adaptado para funcionar como prisão, ancorado na ilha.

Pela fotografia publicada na Folha, a cela individual designada para o nosso personagem me pareceu decente: bem iluminada, com pia, vaso sanitário, cama com colchão, lençol, cobertor e travesseiro e uma prateleira para servir de apoio. De fato, é mais acanhada do que a suíte presidencial ocupada por ele dias atrás, mas não posso compará-la às dos nossos Centros de Detenção Provisória, com quatro beliches de alvenaria para mais de 20 presos.

Ao chegar a um desses xadrezes, sua excelência não contaria com o privilégio da espuma de borracha amarrotada de uma das camas, muito menos com travesseiros, lençóis, sabonetes e outros luxos, iria diretamente para a "praia", nome dado ao chão duro. É lógico que não teria direito de escolher o canto que lhe parecesse mais aconchegante: seria obrigado a dormir junto ao "boi", o vaso sanitário usado pelos 25 ocupantes, até que um companheiro recém-chegado o substituísse.

Na manhã seguinte seria abordado pelo "piloto", o manda-chuva do raio, que lhe solicitaria amavelmente uma contribuição semanal para ajudar os irmãos que não recebem visitas, manter o programa de cestas básicas para os familiares da irmandade e cobrir as despesas de viagem das mães e esposas que visitam seus entes queridos nas cadeias do interior do Estado.

Não acho que o ex-futuro presidente da França se negaria a colaborar, é provável que até agradecesse a Deus por sua esposa não depender de auxílio da irmandade para viajar nem para receber a referida cesta, em Paris. As autoridades brasileiras não teriam como resistir à pressão da opinião pública internacional e do governo francês para libertar seu compatriota, aprisionado em condições tão desumanas.

Por isso, caro leitor, perca as esperanças. Enquanto nossas prisões forem o que são, será mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um homem rico e influente ficar preso numa cadeia brasileira.

Folha de São Paulo, maio de 2011.

O sentido da vida (FRANCISCO DAUDT)

DO PONTO DE VISTA da mãe natureza, já nascemos com o sentido da vida, embutido em nossos softwares cerebrais, completamente pronto.

Dizem os genes masculinos aos seus portadores: "Procrie com o maior número de mulheres possível, escolhendo as mais belas, dóceis, inteligentes e atenciosas com as crias. Dê alguma atenção e ajuda a elas para que suas crias não sejam prejudicadas, mas nada que o impeça de partir para a próxima.

De preferência, tenha um harém bem cuidado por eunucos (você não vai querer criar filhos de outros, claro) e vá incorporando novas mulheres pelos mesmos critérios. Para isso, você precisa se preparar: torne-se belo, forte, alto, inteligente, mas, sobretudo, rico e poderoso. Lidere guerras que possam tomar do inimigo suas posses e mulheres, pois isso o enriquecerá e encherá seu harém (um sultão do século 19 teve 840 filhos, um exemplo de homem comandado por seus genes).

Se a política do país o obrigar à monogamia, drible-a sendo um polígamo seriado: você tem dinheiro para sustentar oito ex-esposas e suas crias e você tem tempo para isso, já que os homens não envelhecem.

Podem seguir acumulando dinheiro e poder e são férteis até a morte". Dizem os genes femininos às suas portadoras: "Procrie o mais que puder com os homens mais belos, fortes, inteligentes, agressivos, mas, sobretudo, ricos e poderosos. Se possível, case-se com um deles e cuide para que ele a prestigie e dê garantias de provimento para você e suas crias, pelo maior tempo possível.

Se você não conseguir um 'topo de linha', pode se casar com um 'mais ou menos': você pode se oferecer e procriar com o patrão dele, sem que ele saiba, e colher genes poderosos para suas crias, desde que a aparência delas não seja testemunha da sua traição. Prepare-se: comece cedo. Você não tem muito tempo, e juventude é seu maior cacife.

Procure ser bela e parecer recatada: isso aumenta seu preço de compra e ilude o homem com presumida fidelidade. Não conseguindo ser bela, você pode ser oferecida, mas procure parecer bela, usando todos os expedientes ao seu alcance. O mesmo vale para a juventude (velhas nunca foram símbolos sexuais). Malhação, plástica e pintar cabelos servem para isso. Cuide das crias. São raros os homens que se preocupam com isso".

É, a natureza é cínica e cruel para atingir seus objetivos. A ponto de os biólogos dizerem que a galinha é uma máquina inventada pelo ovo para fazer outros ovos. Mas nós somos um bicho que pensa, que deseja ética, que filosofa e que, portanto, busca um sentido na vida diferente daquele dos genes.

Isso resultou em inúmeros "sentidos da vida" criados por nós. Mas meu objetivo era falar do que ninguém fala: da natureza humana, essa força poderosa que carregamos sem saber.

FRANCISCO DAUDT, psicanalista e médico, é autor de "Onde Foi Que Eu Acertei?", entre outros livros fdaudt2@gmail.com.br
Folha de São Paulo, maio de 2011.

A PERGUNTA DA SEMANA

O MEC está certo em adotar o livro que gerou polêmica sobre o ensino do português?

SIM

O ensino e a escola estão abrindo espaço para as variações da língua. Se formos ao mesmo livro do qual retiraram a expressão "os livro", iremos encontrar também a autora defendendo a norma culta. Por que não mostraram isso? O que a autora Heloísa Ramos e todos os linguistas querem é legitimar o trabalho com as diversas construções e variações do português. Isso é um grande benefício para nossa sociedade e para nossos alunos.

SÍLVIO RAMIRO, professor de língua portuguesa (Belo Horizonte, MG)

NÃO

O livro defende que o português seja falado com graves erros gramaticais. A língua é também uma forma de organizar o pensamento. É fundamental para o posicionamento do sujeito no mundo. Se o livro propõe que é certo falar errado, está se lixando para a forma como a pessoa vai escrever. A história de norma culta, quando se trata de linguagem escrita ou falada, parece coisa de anarquismo, num país que precisa melhorar a qualidade da educação.

DALVA TEODORESCU, São Paulo, SP. **Folha de São Paulo**, maio de 2011.

Falsa questão (LÍVIA PEROZIM)



Parte da imprensa divulga que obra de Língua Portuguesa comprada pelo MEC "ensina a falar errado". Mas não é bem assim. Por Lívia Perozim. Foto: Olga Vlahou

Mais uma vez um livro didático foi alvo de polêmica. Uma notícia divulgada pelo portal IG, por meio do blog Poder On Line, afirmou: o MEC comprou e distribuiu um livro que "ensina a falar errado". Em jornais, emissoras de tevê e meios eletrônicos o livro, seus autores e o próprio MEC foram crucificados. Colunistas renomados esbravejaram. É um livro "criminoso", atestou Clóvis Rossi, na *Folha de S. Paulo*. Dora Kramer, no *Estadão* de terça-feira, aproveitou para atacar Lula: "Tal deformação tem origem na plena aceitação do uso impróprio do idioma por parte do ex-presidente Lula, cujos erros de português se tornaram

inimputáveis, por supostamente simbolizarem a mobilidade social brasileira." Poderíamos nos perguntar o que Glorinha Kalil pensa do assunto, mas vamos nos ater aos fatos.

O livro em questão é o *Por Uma Vida Melhor* e faz parte da coleção Viver, Aprender, organizada pela Ação Educativa, uma ONG que há 16 anos promove debates e atua em projeto de melhoria educação e políticas para a juventude. Foi distribuído para 4.236 escolas e é destinado, frise, para alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) – mais para frente ficará claro o porquê. Seus autores são Heloísa Ramos, Cláudio Bazzoni e Mirella Cleto. Os três, professores de língua portuguesa, autores de livros didáticos e estudiosos do tema variação linguística.

A polêmica midiática partiu da reprodução de trechos como: "Você pode estar se perguntando: 'Mas eu posso falar os livro?'. Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico". Reproduzidos assim, descolados de um contexto, parece mesmo que a orientação era mandar às favas a língua portuguesa. Mas não é bem isso. Faltou uma leitura mais atenta, ou, pior, faltou ler a obra. O capítulo em questão, ao menos (clique aqui para ler).

Tanto é que foram repercutidas as mesmas poucas frases, retiradas de 1 dos 16 capítulos do livro. Embora o título seja auto-explicativo, *Escrever é diferente de falar*, vale reproduzir a proposta descrita na introdução: "Neste capítulo, vamos exercitar algumas características da linguagem escrita. Além disso, vamos estudar uma variedade da língua portuguesa: a norma culta. Para entender o que ela é e a sua importância, é preciso conhecer alguns conceitos." Os trechos pescados pela imprensa estavam no tópico: "A concordância das palavras". Ali, discute-se a existência de variedades do português falado que admitem que o primeiro termo de um grupo nominal indique se a frase é singular ou plural. O exemplo: "Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado." Em seguida, reescreve-se a frase na norma culta: "Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados".

Ou seja, os autores do livro mostram aos alunos do EJA, adultos que já carregam uma bagagem cultural construída pela vivência e por suas experiências educativas, que este modo de falar é correto linguisticamente, por se fazer comunicar, mas não é aceito gramaticalmente. Explica-se: a linguística é uma ciência em busca de conhecimentos sobre a língua. A gramática não é científica, é um conjunto de normas. É, portanto, uma parte importante, mas não representa todo o saber da língua.

A confusão está, em parte, no fato de se pretender apartar a teoria linguística do ensino da língua, como se a escola devesse parar no tempo e não deixar entrar nenhum avanço científico relativo à língua materna. "Isso sim é uma irresponsabilidade, um crime", devolve Cláudio Bazzoni, um dos autores do livro.

Não se fala aqui de uma ciência inventada ontem. Com base em estudos antigos, os linguistas mostram que a língua é um sistema complexo, muito maior do que um conjunto de normas, que muda pela história e é determinada por práticas sociais. Sírio Possenti, professor do departamento de linguística da Unicamp, explica: "Para um linguista, o conceito de certo e errado não tem sentido. Seria como um botânico achar que uma planta está errada. Para ele, a questão é quais são as regras em cada caso". Posto que as noções de certo e errado têm origem na sociedade, não na estrutura da língua, ele completa: "É certo o que uma comunidade considera certo. E essa avaliação muda historicamente. Um exemplo: a passiva antiga do português se fazia com *de*: 'será de mim mui bem servida'. Está na Carta de Caminha. Hoje, se faz com *por*."

A sociedade, no caso, os jornalistas – até mais que os normatistas – condenaram um tipo de conteúdo, a variação linguística, que faz parte há mais de quinze anos dos livros didáticos de língua portuguesa disponíveis no mercado, avaliados e aprovados pelo MEC. Estão, portanto, mal informados. Como ressalta o professor da Universidade de Brasília Marcos Bagno, em artigo publicado no site de *Carta Capital*: "Nenhum linguista sério, brasileiro ou estrangeiro, jamais disse ou escreveu que os estudantes usuários de variedades linguísticas mais distantes das normas urbanas de prestígio deveriam permanecer ali, fechados em sua comunidade, em sua cultura e em sua língua... Defender o respeito à variedade linguística dos estudantes não significa que não cabe à escola introduzi-los ao mundo da cultura letrada e aos discursos que ela aciona. Cabe à escola ensinar aos alunos o que eles não sabem! Parece óbvio, mas é preciso repetir isso a todo momento".

Pelo visto, nem tudo que parece é óbvio. Possenti resume bem o imbróglio: "Bastaria que se aceitasse que as línguas não são uniformes, o que é um fato notório, bastaria as pessoas se ouvirem". Fica aí a dica para quem, como o jornalista Alexandre Garcia, em comentário irado sobre o livro que "ensina a falar errado", começou a frase com "Quando eu TAVA na escola"...

Lívia Perozim é jornalista. Revista Carta na Escola, maio de 2011.

Onde as minorias não têm vez (DULCE CRITELLI)



O preconceito é uma interpretação coletiva e duradoura. Por Dulce Critelli. Foto: Edson Silva/Folhapress

De tempos em tempos a mídia noticia uma série de atos decorrentes de preconceito. Melhor, de violência provocada pelo preconceito. Há alguns anos foram os crimes contra indígenas e indigentes moradores de rua, incendiados por jovens bem-nascidos. Depois, estupro de moças e mulheres da classe C também por jovens pertencentes a classes sociais abastadas. Há cerca de um ano e meio, foi o caso de Geisy Arruda, a aluna da Uniban agredida em razão da forma de se vestir. Mais recentemente, soubemos dos jovens que, num rodeio, pulavam sobre moças gordas como se essas fossem gado.

Publicados pelo jornal O Estado de S. Paulo, há relatos sobre discriminação raivosa contra alunos que ingressaram na universidade, ou, por meio de bolsas destinadas a estudantes de baixa renda, ou ainda, pelo programa de cotas raciais, o ProUni. Esses estudantes são alvos de exclusão, desprezo, ofensas pessoais e agressões verbais dirigidas à sua cor, aparência, roupas, à expressão de suas ideias, seu tipo de cabelo e, inclusive, são acusados de trazerem para a instituição um rebaixamento da qualidade de ensino.

Os casos mais recorrentes e divulgados atualmente são os ataques a homossexuais. As tevês e os jornais mostraram, diversas vezes, rapazes agredindo com uma lâmpada fluorescente um jovem, na Avenida Paulista, pelo simples fato de ele ser gay. A ONG Safenet tem dados que acusam um aumento de denúncias homofóbicas na internet, na proporção de 88% de 2009 para 2010, enquanto as denúncias de racismo, no mesmo período, caíram 57% e as de neonazismo 65%.

O Estadão informa que entre os sites de relacionamento nas redes sociais há aqueles criados especialmente com conteúdo homofóbico, nos quais não apenas se expressa o preconceito, mas se discute onde e como matar homossexuais. O Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia da Prefeitura de São Paulo elaborou um mapa de lugares de agressões, indicando que 50% dessas ocorrem no centro expandido de São Paulo, que inclui a região da Paulista. Informa, também, e isso é preocupante, que boa parte dos agressores conhece sua vítima: 16% são da própria família e 38% são conhecidos, vizinhos, colegas de trabalho.

Construções sociais

Politicamente incorretos e indesejados, preconceitos são inevitáveis. Eles derivam do fato de que os seres humanos existem construindo interpretações sobre as mais variadas situações e pessoas e, para tanto, se apoiam em seus costumes e crenças. Daí, o que contraria e se diferencia de tais crenças, num primeiro impulso é contestado e recusado.

Essas interpretações, no entanto, não são propriamente preconceitos. Para se transformarem em um preconceito, as interpretações carecem de ser aceitas por uma comunidade e permanecer em seu seio por um tempo suficiente para ser imediata e irrefletidamente reconhecidas como verdades incontestáveis. O preconceito é uma interpretação coletiva e duradoura.

A força de um preconceito reside justamente no fato de ser mantido, em conjunto, por uma comunidade. Um preconceito depende de que várias pessoas acreditem nele a ponto de serem mobilizadas por ele. Desse modo, costumam se instaurar como índices da cultura de uma comunidade política (meu bisavô, português, não queria o casamento de sua filha com meu avô por ele ser italiano, a ponto de trancá-la em casa para impedir o namoro. Fracassadas todas as investidas, não compareceu ao casamento deles e sumiu por uma semana).

O que mais assusta e inquieta no preconceito é que ele mobiliza vigorosamente as pessoas promovendo, invariavelmente, alguma forma de agressão. Quando movidas pelo preconceito, as pessoas e as comunidades são, normalmente, raivosas e intolerantes. A intolerância religiosa é um exemplo bem conhecido dos nossos tempos, assim como a intolerância ideológica e a racial. E bem conhecidos são as destruições, o terror e a cadeia ofensiva que desencadeiam.

Extermínio natural

O que tem provocado perplexidade, hoje, é que os ataques preconceituosos têm sido acompanhados por uma espécie de desfaçatez. Os agressores agem como se a violência praticada fosse uma reação natural e justificada intrinsecamente à sua crença.

Penso que o cinismo da violência preconceituosa é herança dos movimentos e governos totalitários que eclodiram no século XX. O nazismo na Alemanha, o stalinismo na Rússia, o comunismo na China viam o extermínio como o mais natural recurso – fosse dos inimigos do regime, fosse dos indivíduos e/ou “raças impuras”, fosse das “classes agonizantes”. Entendiam que nas leis ou da Natureza, ou nas leis da História, estavam inscritos, para um futuro distante, uma raça humana perfeita (a ariana), tanto quanto uma sociedade sem classes. Também o conhecimento dessas leis mostrava que nesse destino último, as pessoas doentes física e psiquicamente, as raças impuras como a dos judeus – no caso do nazismo –, e as classes abastadas, imperialistas – no caso do comunismo –, desapareceriam.

Indivíduos, raças e classes que não existiriam no futuro, comprovavam que elas já não deveriam ter existido no passado, nem seriam aceitas no presente. A previsão da sua futura extinção não só justificava, mas exigia que medidas que visassem sua eliminação fossem tomadas. Portanto, o extermínio nem sequer era visto como um mal necessário, porque ditado pelas leis ou da Natureza, ou da História, transcendentais à vontade dos homens, era apenas o que era para ser. O fim justifica e exige os meios: o terror.

Tudo o que sempre esteve inscrito no coração do homem como o mal radical, isto é, agir contra seu irmão (lembre-se de Caim e Abel), por meio dos movimentos e governos totalitários desaparece. Com o extermínio admitido como gesto natural e corriqueiro, o mal deixa de ser entendido como mal. Portanto, a consciência moral submerge. A isso Hannah Arendt, pensadora contemporânea, chama de “banalização do mal”.

Os totalitarismos nos legaram a destituição do mal e da consciência moral. A intolerância ativa é sua manifestação. Assim como desfaçatez, que tanto chama a atenção na violência cometida em nome do preconceito, na cânula da lâmpada fluorescente estilizando contra o jovem homossexual na Avenida Paulista.

DULCE CRITELLI é doutora em Psicologia da Educação, professora do Departamento de Filosofia da PUC-SP e Terapeuta Existencial. Revista Carta na Escola, maio de 2010.

Filmes sobre Renato Russo mostram outro lado de Brasília

(Alex Rodrigues, da Agência Brasil)

Em breve, uma Brasília diferente da exibida diariamente nos telejornais ganhará as telas dos cinemas brasileiros. Dois longas-metragens baseados na obra da banda Legião Urbana e na vida de seu vocalista, Renato Russo, além de um documentário sobre o *rock* brasiliense na década de 1980 prometem jogar luzes sobre um dos momentos mais instigantes da música popular brasileira e atrair um olhar diferenciado para a capital do país.

Dirigido pelo cineasta brasiliense René Sampaio, o longa-metragem *Faroeste Caboclo* se inspira na famosa canção sobre a saga do “aprendiz de carpinteiro” João de Santo Cristo no Distrito Federal (DF), onde ele se torna “bandido destemido e temido” antes de conhecer Maria Lúcia, “uma menina linda”, a quem ele promete seu amor.



O cantor e compositor Renato Russo, em entrevista para documentário sobre rock da capital. Foto: Agência Brasil

As principais cenas estão sendo filmadas na Cidade Ocidental (GO), a cerca de 40 quilômetros do centro de Brasília. As ruas do município goiano retomam as de Ceilândia no final da década de 1970 – cidade do DF onde, na letra da música, ocorre o duelo mais conhecido do *rock* nacional. A expectativa é que o filme seja lançado ainda este ano.

Com Fabrício Boliveira e Isis Valverde nos papéis de Santo Cristo e Maria Lúcia, o elenco conta ainda com Felipe Abib, Antonio Calloni e um grande número de figurantes. Segundo o produtor Marcello Maia, além de quatro estudantes de cinema de uma universidade local, a produção empregou mais de uma centena de profissionais

brasilienses, gerando empregos diretos e indiretos. E irá surpreender quem acha que Brasília se limita aos cartões-postais do Plano Piloto.

“Santo Cristo representa um grupo de pessoas que vieram para Brasília tentar a sorte de um destino diferente, mas a quem as desigualdades sociais acabam impondo um outro caminho. A Ceilândia onde ele vive é um contraponto a Brasília do Plano Piloto de Maria Lúcia. E, nas filmagens no Plano Piloto, buscamos mostrar um tipo de vivência que as pessoas não estão acostumadas a ver”, afirmou Maia à **Agência Brasil**, ao explicar que o trecho da infância de Santo Cristo será filmado na cidade de Paulínia (SP).

Outra produção a se apropriar de uma canção da Legião Urbana, *Somos Tão Jovens* é dirigida por Antonio Carlos da Fontoura. O filme trata da adolescência de Renato Russo, fase em que, devido a uma doença óssea rara, o futuro ídolo tinha de permanecer em casa, lendo e sonhando com o sucesso. Muitas das suas canções que mais tarde se tornariam conhecidas começaram a ser compostas neste período.

Já o cineasta Vladimir Carvalho optou por garimpar em seu arquivo pessoal as imagens que utilizará no documentário *Rock Brasília – Era de Ouro*. Entre as muitas cenas históricas captadas pelo próprio documentarista há imagens como as do último *show* da Legião Urbana em Brasília, realizado em 18 de junho de 1988, no estádio Mané Garrincha, ocasião em que um quebra-quebra deixou centenas de feridos.

“O documentário conta a jornada épica de bandas surgidas em Brasília, nos anos 1980, como Legião Urbana, Capital Inicial, Plebe Rude, Paralamas do Sucesso, e que se projetaram para o país todo, ajudando a transformar a música nacional. Outra importante contribuição do documentário será mostrar uma Brasília viva, contestadora e corajosa, expondo a dinâmica das pessoas que vivem aqui e que tem uma ligação com a cidade”, explica o produtor Marcus Ligocki, que vive na capital desde 1974 e para quem o fato de as três histórias estarem sendo produzidas simultaneamente é uma “feliz coincidência”. “Esse é um tema inquestionável e que ainda não havia sido abordado nos cinemas. Em algum momento, esses filmes seriam feitos”, conclui Ligocki.

De acordo com o diretor de Cinema e Vídeo da Secretaria de Cultura do Distrito, Sérgio Fidalgo, além de movimentar a economia local por meio da contratação de mão de obra técnica e artística, um filme de qualidade exibido para um grande público funciona como um fator de atração turística, despertando nas pessoas o interesse de conhecer a cidade onde as cenas foram rodadas.

“As pessoas vão ao cinema, se apaixonam pela locação e passam a querer conhecer o lugar onde a história foi filmada. Ou seja, o filme atrai turistas”, diz Fidalgo. Segundo ele, o governo da capital há tempos discute formas de estimular produtores de todo o país a ambientarem suas histórias no Distrito Federal, seguindo o exemplo de Paulínia (SP) que, em troca de financiamento público, exige que parte da produção seja rodada no município. Atualmente, o único instrumento de financiamento do audiovisual em Brasília é o Fundo de Apoio à Cultura (FAC), concedido apenas a produtores que vivem no Distrito Federal e graças ao qual o *Rock Brasília* pode ser gravado.

Revista Carta Capital, 22 de maio de 2011.

POLÊMICA OU IGNORÂNCIA? DISCUSSÃO SOBRE LIVRO DIDÁTICO SÓ REVELA IGNORÂNCIA DA GRANDE IMPRENSA (MARCOS BAGNO)

Para surpresa de ninguém, a coisa se repetiu. A grande imprensa brasileira mais uma vez exibiu sua ampla e larga ignorância a respeito do que se faz hoje no mundo acadêmico e no universo da educação no campo do ensino de língua. Jornalistas desinformados abrem um livro didático, leem metade de meia página e saem falando coisas que depõem sempre muito mais contra eles mesmos do que eles mesmos pensam (se é que pensam nisso, prepotentemente convencidos que são, quase todos, de que detêm o absoluto poder da informação).

Polêmica? Por que polêmica, meus senhores e minhas senhoras? Já faz mais de quinze anos que os livros didáticos de língua portuguesa disponíveis no mercado e avaliados e aprovados pelo Ministério da Educação abordam o tema da variação linguística e do seu tratamento em sala de aula. Não é coisa de petista, fiquem tranquilas senhoras comentaristas políticas da televisão brasileira e seus colegas explanadores do óbvio.

Já no governo FHC, sob a gestão do ministro Paulo Renato, os livros didáticos de português avaliados pelo MEC começavam a abordar os fenômenos da variação linguística, o caráter inevitavelmente heterogêneo de qualquer língua viva falada no mundo, a mudança irreprimível que transformou, tem transformado, transforma e transformará qualquer idioma usado por uma comunidade humana. Somente com uma abordagem assim as alunas e os alunos provenientes das chamadas “classes populares” poderão se reconhecer no material didático e não se sentir alvo de zombaria e preconceito. E, é claro, com a chegada ao magistério de docentes provenientes cada vez mais dessas mesmas “classes populares”, esses mesmos profissionais entenderão que seu modo de falar, e o de seus aprendizes, não é feio, nem errado, nem tosco, é apenas uma língua diferente daquela – devidamente fossilizada e conservada em formol – que a tradição normativa tenta preservar a ferro e fogo, principalmente nos últimos tempos, com a chegada aos novos meios de comunicação de pseudo especialistas que, amparados em tecnologias inovadoras, tentam vender um peixe gramatiquero para lá de podre.

Enquanto não se reconhecer a especificidade do português brasileiro dentro do conjunto de línguas derivadas do português quinhentista transplantados para as colônias, enquanto não se reconhecer que o português brasileiro é uma língua em si, com gramática própria, diferente da do português europeu, teremos de conviver com essas situações no mínimo patéticas. A principal característica dos discursos marcadamente ideologizados (sejam eles da direita ou da esquerda) é a impossibilidade de ver as coisas em perspectiva contínua, em redes complexas de elementos que se cruzam e entrecruzam, em ciclos constantes. Nesses discursos só existe o preto e o branco, o masculino e o feminino, o mocinho e o bandido, o certo e o errado e por aí vai.

Darwin nunca disse em nenhum lugar de seus escritos que “o homem vem do macaco”. Ele disse, sim, que humanos e demais primatas deviam ter se originado de um ancestral comum. Mas essa visão mais sofisticada não interessava ao fundamentalismo religioso que precisava de um lema distorcido como “o homem vem do macaco” para empreender sua campanha obscurantista, que permanece em voga até hoje (inclusive no discurso da candidata azul disfarçada de verde à presidência da República no ano passado).

Da mesma forma, nenhum linguista sério, brasileiro ou estrangeiro, jamais disse ou escreveu que os estudantes usuários de variedades linguísticas mais distantes das normas urbanas de prestígio deveriam permanecer ali, fechados em sua comunidade, em sua cultura e em sua língua. O que esses profissionais vêm tentando fazer as pessoas entenderem é que defender uma coisa não significa automaticamente combater a outra. Defender o respeito à variedade linguística dos estudantes não significa que não cabe à escola introduzi-los ao mundo da cultura letrada e aos discursos que ela aciona. Cabe à escola ensinar aos alunos o que eles não sabem! Parece óbvio, mas é preciso repetir isso a todo momento.

Não é preciso ensinar nenhum brasileiro a dizer “isso é para mim tomar?”, porque essa regra gramatical (sim, caros leigos, é uma regra gramatical) já faz parte da língua materna de 99% dos nossos compatriotas. O que é preciso ensinar é a forma “isso é para eu tomar?”, porque ela não faz parte da gramática da maioria dos falantes de português brasileiro, mas por ainda servir de arame farpado entre os que falam “certo” e os que falam “errado”, é dever da escola apresentar essa outra regra aos alunos, de modo que eles – se julgarem pertinente, adequado e necessário – possam vir a usá-la TAMBÉM. O problema da ideologia purista é esse também. Seus defensores não conseguem admitir que tanto faz dizer assisti o filme quanto assiti ao filme, que a palavra óculos pode ser usada tanto no singular (o óculos, como dizem 101% dos brasileiros) quanto no plural (os óculos, como dizem dois ou três gatos pingados).

O mais divertido (para mim, pelo menos, talvez por um pouco de masoquismo) é ver os mesmos defensores

da suposta "língua certa", no exato momento em quea defendem, empregar regras linguísticas que a tradição normativa que eles acham que defendem rejeitaria imediatamente. Pois ontem, vendo o Jornal das Dez, da GloboNews, ouvi da boca do sr. Carlos Monforte essa deliciosa pergunta: "Como é que fica então as concordâncias?". Ora, sr. Monforte, eu lhe devolvo a pergunta: "E as concordâncias, como é que ficam então?"

MARCOS BAGNO é colunista mensal da Revista Caros Amigos. Este artigo está na edição de maio de 2011.

A fantasia (presumida) de DSK (CONTARDO CALLIGARIS)

LI NO "Times" de Londres desse domingo que Dominique Strauss-Kahn (DSK, na imprensa francesa), no dia de sua prisão, sentou-se numa poltrona de primeira classe do Air France 23 para Paris e fez um comentário sobre a aeromoça da cabine: "Bonita bunda". Isso, num tom suficientemente alto para que outros passageiros (e, presumivelmente, a própria aeromoça) ouvissem.

A seguir, o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional e candidato socialista à Presidência da França foi retirado de seu assento e preso, acusado do estupro de uma mulher que entrara na sua suíte de hotel para fazer a limpeza.

Desde então, outras mulheres vieram a público para revelar que elas foram, no passado, vítimas de assédio sexual ou estupro por Strauss-Kahn. Todas declaram que calaram-se, convencidas de que a palavra delas pesaria menos do que a do poderoso DSK.

A quantidade e qualidade das acusações excluem a hipótese de armação da extrema direita francesa, que se beneficiaria com a saída de cena do candidato socialista.

Pois bem, DSK não foi julgado ainda. Mas apareceram numerosos comentários de leitores e colunistas da imprensa internacional, dos quais discordo - e talvez seja interessante explicar por quê.

Imaginemos que as acusações contra Dominique Strauss-Kahn se confirmem. Muitos perguntam: como é possível que um homem prestes a realizar seu sonho político não saiba se controlar e se deixe levar por compulsões "animalescas"?

Para Minette Marrin (do "Times"), "quando ele é possuído pelo espírito do "chaud lapin" (coelho excitado), DSK perde qualquer interesse pelos sentimentos de uma mulher. Ele os ignora e se impõe à mulher, agarrando-a e amassando-a como um dono (...) que não vê nada de errado na ideia de que a mulher não goste; talvez ele nem seja capaz de entender se ela gosta ou não".

Ora, o padrão presumido de DSK não é "animalesco" e é totalmente consistente com seu projeto de vida. Ou seja, o que acontece não é que Strauss-Kahn não controlaria um impulso secreto, que não teria nada a ver com sua vida pública. Ele não pula em qualquer mulher, aconteça o que acontecer. Ao contrário, aparentemente, sua fantasia dominante é a expressão coerente de uma ambição política, de domínio. Ou você acha que é por acaso que ele teria escolhido mulheres que ele conseguiu manter no silêncio pela simples força de seu status?

A fantasia em jogo no caso (presumido) de Strauss-Kahn é mais complexa (e mais grave) do que o "simples" estupro; ela diz: "Eu te agarro, te uso, E VOCÊ NÃO VAI OUSAR NEM PIAR SOBRE ISSO". Diferente do que diz Marrin, o Strauss-Kahn das denúncias se importa muito com o que pensam as mulheres, pois ele preza (acima de tudo, talvez) a frustração e a impotência exasperada de suas vítimas, incapazes de denunciá-lo.

Ou seja, à vista das acusações, DSK goza de uma fantasia de poder (mais do que propriamente sexual): seu prazer está em criar uma situação em que a vítima será e se sentirá derrotada, no silêncio. O caso relatado pelos passageiros da Air France é emblemático: a aeromoça não falaria, exatamente como as outras. De repente, em Nova York, uma camareira imigrante africana teve a coragem de falar.

A ideia de que o senhor feudal teria o direito de deflorar as noivas de suas terras (dito "direito da primeira noite") é provavelmente um mito -ao menos, enquanto instituição jurídica.

Mas o tal "droit de cuissage" (direito de encoxar), embora não instituído, devia ser uma fantasia exercida sem dificuldade e sem risco: quem ousaria se queixar de ser agarrada pelo senhor das terras, e qual noivo ousaria pedir satisfação? A família de meu pai é originária de uma cidade perto de Ivrea, no Piemonte, onde se celebra o carnaval com a Batalha das Laranjas. É assim: uma jovem da cidade é escolhida "filha do dono do moinho" e simboliza uma mulher do povo, que cortou a cabeça de um duque que exigiu passar com ela a famosa primeira noite.

Milhares de cidadãos, vestidos a caráter, do domingo à terça de Carnaval, metralham com laranjas os guardas do duque que desfilam pela cidade de charrete. Alguns dizem que é um despropósito: são toneladas de laranjas desperdiçadas, a cada ano. Mas eu sempre achei que valia a pena.

ccalligari@uol.com.br - Folha de São Paulo, maio de 2011.

Prof. Lucas Rocha

O que discutir sobre o polêmico livro? (PASQUALE CIPRO NETO)

EM 1988, eleita prefeita de São Paulo, a professora Luiza Erundina nomeou Paulo Freire secretário da Educação do município. Antes de assumir, o consagrado educador disse mais ou menos isto: "A criança terá uma escola na qual a sua linguagem seja respeitada (...). Uma escola em que a criança aprenda a sintaxe dominante, mas sem desprezo pela sua (...). Precisamos respeitar a sua sintaxe mostrando que sua linguagem é bonita e gostosa, às vezes é mais bonita que a minha. E, mostrando tudo isso, dizer a ele: "Mas para tua própria vida tu precisas dizer a gente chegou em vez de dizer a gente chegemos". Isto é diferente, a abordagem é diferente. É assim que queremos trabalhar, com abertura, mas dizendo a verdade".

A declaração de Freire causou barulho semelhante ao que causou (e ainda causa) o livro "Por uma Vida Melhor", em que se mostram fatos relativos às variações linguísticas. Nele, dá-se como exemplo de norma popular a frase "Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado". Dado o exemplo, explica-se isto: "O fato de haver a palavra os (plural) indica que se trata de mais de um livro. Na variedade popular, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente". O livro prossegue: "Reescrevendo a frase no padrão culto da língua, teremos: "Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados". Você pode estar se perguntando: "Mas eu posso falar 'os livro'?" Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico".

Há uma certa contradição na explicação, já que na frase popular a forma verbal ("estão") está no plural. Nessa variedade, o que se usa é "tá".

O caso aborda no livro é tecnicamente chamado de "plural redundante". Tradução: na forma culta ("Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados"), todos os elementos que se referem a "livros" (núcleo do sujeito) estão no plural (os, ilustrados, interessantes, estão, emprestados). É assim que funciona a norma culta do espanhol, do português, do italiano e do francês, por exemplo. Em francês, o plural redundante se dá essencialmente na escrita; na fala, singular e plural muitas vezes se igualam.

Em inglês, pluraliza-se o substantivo; o artigo, o possessivo e o adjetivo são fixos (na escrita e na fala). Quanto ao verbo, a terceira do singular do presente é diferente das demais pessoas em 99,99% dos casos; no pretérito e no futuro, há apenas uma forma para todas as pessoas.

O fato é que a ausência do plural redundante não se restringe à variedade popular do português do Brasil. Também é fato que, apesar de algumas afirmações pueris ("Mas eu posso falar 'os livro'?" Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico"), em nenhum momento o livro nega a existência da norma culta, como também não se nega a mostrá-la e ensiná-la. Há vários exercícios em que se pede a passagem da norma popular para a culta.

Definitivamente, não se pode dizer que o livro "ensina errado". O cerne da questão é outro. O que expliquei sobre o exemplo do livro é assunto da linguística, que, grosso modo, pode ser definida como "estudo da linguagem e dos princípios gerais de funcionamento e evolução das línguas" ("Aulete"). A linguística não discute como deve ser; discute como é, como funciona. O que parece cabível discutir é se princípios de linguística devem ser abordados num livro que não se destina a alunos de letras, em que a linguística é disciplina essencial. Esse é o verdadeiro debate. Não faltam opiniões fortes dos dois lados. É isso.

inculta@uol.com.br - Folha de São Paulo, maio de 2011.

Flagelo da classe média (LUIZ FELIPE PONDÉ)

NÃO SOU BEM RESOLVIDO, tenho muitos preconceitos. Um deles é contra a classe média. Além disso, sou cheio de maus hábitos: charutos, cachimbos, álcool, comida com sangue e não ando de bike. Para mim, o vício e a culpa são o centro da vida moral. Enfim, não sou uma pessoa muito saudável. Por isso, não sou de confiança. Mas não pense que sofro do fígado; sou apenas um fraco. Tenho uma amiga, muito inteligente, que costuma me chamar de "flagelo da classe média". Quando falo "classe média", não olhe para seu saldo bancário, olhe para dentro de si mesmo. Classe média é um estado de espírito, e não apenas uma "alíquota" do imposto de renda ou o tipo de cartão de crédito que você tem.

Uma das marcas da classe média é pensar que, quando se fala de classe média, pensa-se essencialmente em saldo bancário.

Você pode ter muita grana e pensar como classe média, quer ver? Vou dar um exemplo de um surto de classe média em alguém que não era da classe média. O sociólogo húngaro radicado na Inglaterra Frank Furedi, em seu livro "Therapy Culture", comenta como a Lady Di (morta tragicamente em 1997), a "princesa da classe média inglesa" ou a "princesa do povo", lamentou para a mídia o fato de seu então marido, príncipe Charles (herdeiro do trono da Inglaterra), ter uma amante.

Podemos imaginar uma mulher do East End londrino se sentindo irmã da então princesa porque ambas sofreriam da mesma maldição: a infidelidade em um casamento infeliz. Choravam juntas, uma na frente da TV, outra na frente das câmeras. Lady Di nunca entendeu o que é ser da aristocracia, confundiu-se

com a classe média e seus anseios de que casamento, amor e felicidade sejam uma coisa só.

Mas não há muito o que fazer com relação à realidade hoje em dia, porque vivemos no mundo da opinião pública e "ter opinião sobre tudo" é um fetiche típico do espírito de classe média. Alexis de Tocqueville (1805-1859) já dizia que a democracia é tagarela.

Quando se depende da opinião pública já não há mais saída para escapar das "redes sociais" típicas do mundo contemporâneo, no qual as pessoas têm opinião sobre tudo a partir de seus apartamentos de dois quartos com lavabo.

Basta ver o tanto de bobagens que se fala no Facebook, tipo "fui ao banheiro" ou "vomitei". Além de "revoluções diferenciadas", as redes sociais potencializam a banalidade humana. Quando a classe média sonha, ela sempre pensa como Cinderela. "Querer ser feliz" é coisa de classe média.

Você pode ser milionário e ter cabeça de classe média, por exemplo, quando faz algo preocupado com o que os outros vão pensar. Nada mais típico do espírito da classe média do que citar um restaurante numa ruazinha em Paris para mostrar que conhece a cidade.

Por outro lado, você pode ser uma pessoa que "batalha" pela vida e não pensar como Cinderela. Basta não criar de si mesmo uma imagem de "reduto do bem e da honestidade". O bom-mocismo social é o novo puritanismo hipócrita do início deste século. Uma clara semelhança de espírito entre "aristocracia" e as classes sociais mais pobres (aparente absurdo) é a pouca ilusão com relação à hipocrisia social, substância da moral pública.

A primeira porque está acima da hipocrisia social (não precisa dela porque tem poder), e a segunda porque está abaixo da mesma hipocrisia social (não pode bancar a hipocrisia porque hipocrisia é um pequeno luxo). O que caracteriza o espírito da classe média é pensar mais de si mesma do que ela é. Já que não tem nada, mas não morre de fome, fabrica de si mesma uma história de grandeza que não existe.

Por exemplo, inventa para si mesma uma "história de dignidade familiar", quando ninguém sobrevive sendo "digno", acha que educa bem seus filhos sempre "brilhantes", calcula cada proteína que come, num movimento de ganância travestido de preocupação com a vida, diz coisas como "não minto", quando, sabemos, a vida se afoga em mentiras necessárias à própria vida.

A classe média adora ter uma família de pobres como "amigos" para exibir por aí. Enfim, a classe média sofre de avareza espiritual.

ponde.folha@uol.com.br - Folha de São Paulo, maio de 2011.

Palocci, a chantagem gay e o diabo (MALU FONTES)

EMBORA A SEMANA TENHA começado com todos os indicadores telejornalísticos apontando para Pimenta Neves como o personagem da semana, no máximo dividindo a cena, entre os mais politizados e os defensores da causa ambiental, com a aprovação do novo Código Florestal na Câmara Federal, na primeira derrota política de Dilma Rousseff, eis que as estripulias financeiras do ministro chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, deram uma rasteira na pauta noticiosa para além dos significados da multiplicação miraculosa do patrimônio e foi parar na causa dos gays, lésbicas e simpatizantes, assumindo o protagonismo no disse-me-disse da opinião pública durante a semana. Gente de boa índole e folha corrida exótica, para dizer o mínimo, como Antony Garotinho e Jair Bolsonaro, por exemplo, foram dormir na última quarta-feira serelepes de felicidade moral e jurando amor eterno e elogios sem fim à presidente Dilma.

Em termos diretos, houve uma chantagem à qual a presidente Dilma cedeu já na primeira rodada. A bancada evangélica da Câmara dos Deputados e os conservadores que têm arrepios só em ouvir falar em homossexualidade viram na fragilidade de Palocci uma oportunidade de enxadrista para dar um xeque-mate na presidente: ou ela recuaria na distribuição do kit anti-homofobia nas escolas brasileiras, aprovado e recomendado pela Unesco, ou a tropa de choque evangélica iria para cima de Palocci, ameaçando-a com CPI, fritura, desmoralização e tudo o mais que fosse estratégia política de ataque necessária para derrubá-lo, empurrado que já está (por si mesmo).

ROSINHA - Para quem já tinha se virado nos 30 durante a campanha eleitoral para provar que era religiosa e cristã desde criança e que prometera contrita jamais enviar para o Congresso qualquer projeto propondo alteração na legislação atual sobre o aborto, Dilma foi de uma previsibilidade moral mais que óbvia: disse sim imediatamente à tropa evangélica e suspendeu as cartilhas. Dilma bem tentou ceder à chantagem com um eufemismo, anunciando que a suspensão do kit deveria-se ao fato de não ter gostado dos vídeos. Ah, tá. Mas Garotinho, sim, aquele mesmo, o marido de Rosinha, não deixou a presidente falsear a verdade. Em alto e bom som anunciou com empáfia quais tinham sido as regras do jogo. Segundo ele, ou era a suspensão ou os evangélicos iriam fazer de um tudo para dificultar a vida de Palocci no Governo, mobilizando mundos e fundos no plenário e nas comissões técnicas.

Para quem assistiu ao embate com a frieza necessária para analisar o comportamento dos players do episódio, a primeira obviedade que emerge dessa negociação estranhíssima entre Dilma e os evangélicos é o fato ver a presidente de uma República laica negociar de maneira tão rápida e barata uma ação integrante de

uma política pública voltada para reduzir o preconceito e a violência contra os homossexuais por um punhado de proteção a um ministro que, em sua vida pública, nem tão longa assim, já foi pego de calças curtíssimas três vezes. E desta vez com os bolsos cheios de um dinheiro que parece ter vindo de forma tão fácil e rápida quanto misteriosa.

NEGOCIATAS – A chantagem, o arranjo, enquanto negócio, literalmente, foi lucrativo para os dois lados, embora nem a presidente nem os evangélicos tenham combinado com os homossexuais a sua inclusão na negociata. A pergunta que se deve fazer a Dilma é: o que ela ganha ao desistir de algo tão caro para a causa gay, assim, de bandeja, para agradar aos evangélicos? A proteção de seu pit bull político, mais uma vez ferido moralmente de morte, um homem que lhe é mais do que necessário, uma vez que atua, no governo, como uma espécie de amortecedor de espuma entre o que resta de direita e esquerda e entre o capital/mercado e os movimentos sociais que sempre apoiaram os governos do PT. E os evangélicos, o que ganham? Ora, uma moeda valiosíssima. A pregação evangélica sem a presença do diabo em seu discurso sofreria uma baixa de valor incalculável e ninguém é ingênuo para desconhecer que a homossexualidade é uma das faces mais robustas do demo na retórica religiosa.

Nesse imbróglio todo de Palocci e seus desdobramentos, quem saiu ganhando mesmo foi a ministra da Cultura, Ana de Hollanda, antes no centro de uma fritura ininterrupta. Diante dos estragos na Casa Civil, quem haveria agora de perder tempo pensando em fazer mudanças no MinC? Do outro lado, o da sociedade civil, por mais paradoxal que possa soar, quem sai ganhando em dignidade são os homossexuais: com antagonistas tão vulgares e capazes de negociatas e barganhas tão espúrias quem, sensato, há de negar que é um luxo estar do lado oposto?

MALU FONTES é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado originalmente em 29 de maio de 2011, no jornal **A Tarde**, Salvador/BA. maluzes@gmail.com

Estado em questão (MAYSA RODRIGUES)

Instituição fortalecida após as revoluções que "inauguraram" o mundo moderno, o Estado nacional é objeto de intensos debates sobre seu futuro. Estaria o Estado em crise? Ele deixará de existir ou se apresentará sob novas formas?



É por meio de uma série de categorias que cada um de nós se situa em relação à realidade a nossa volta. Idade, etnia, gênero, classe social e nacionalidade são alguns desses marcadores que definem quem somos para nós mesmos e também para os outros. Identificamo-nos como brasileiros, italianos ou dinamarqueses a partir de nosso país de origem. Logo ao nascermos, ganhamos uma nacionalidade que nos acompanhará por toda a nossa história, vinculando a nossa existência a um país e conferindo-nos uma série de restrições, deveres e sentidos. É difícil concebermos um mundo em que o Estado nacional não seja central na formação de nossa identidade e na organização da vida social. Entretanto, o Estado como o conhecemos hoje nem sempre existiu e tão pouco tem sua permanência garantida no futuro das sociedades. "No que diz

Prof. Lucas Rocha

respeito às criações humanas nada é permanente. Sobretudo quando não estamos falando de coisas físicas, ou seja, quando nos referimos às instituições sociais - como o capitalismo, a escravidão ou o Estado", explica o professor do Departamento de História da USP, Modesto Florenzano.

Nesta reportagem, o leitor será apresentado para algumas questões e teorias que colocam a fixidez do Estado em debate, ao mesmo tempo em que buscam explicar por que essa instituição nos parece tão inabalável.

O Nascimento do Estado Moderno

Em primeiro lugar, é importante fazer uma distinção entre o Estado em geral e o Estado-nação moderno. Para citar alguns exemplos, na configuração de poder do feudalismo e da **Roma Antiga*** já havia a figura do Estado. Nesse sentido, Max Weber define esse conceito a partir de seus meios e não por seus fins, uma vez que, na prática, os Estados podem ter perfis muito diversos, além de perseguir diferentes finalidades. "O Estado fascista, por exemplo, perseguia os fins próprios à sua ideologia. Da mesma forma, os Estados comunista, comunista, feudal, absolutista ou democrático buscaram fins característicos. O que há em comum é que todos eles detêm o monopólio legítimo da violência, conforme teorizou Weber", explica o professor Florenzano. Segundo o historiador, não haveria um consenso sobre o momento inaugural do Estado. "A documentação que temos a partir de uma determinada época é muito nebulosa e indireta. O que sabemos é que os romanos, os chineses e os egípcios, dentre outros, já tinham criado formas estatais bastante sofisticadas. Antes disso, o que havia era uma situação tribal, em que as sociedades estavam saindo da condição de comunidade primitiva. Já havia poder, mas ele não estava cristalizado em formas estatais", completa.

***Roma Antiga** » Civilização surgida no interior da chamada Península Itálica, deu origem aos sistemas monárquico, republicano e imperial de poder que dominaram boa parte da Europa e da região do Mediterrâneo, ou seja, o Império Romano. Muito do que sabemos sobre leis, formas de governo e organização social - ao menos do modelo ocidental - tem origem ou inspiração nos romanos.

Especificamente em relação ao Estado-nação moderno, é possível pensarmos em um momento de sua formação. "O Estado é anterior à nação, pelo menos ao que diz respeito ao Ocidente europeu, no qual foi a existência prévia do Estado que criou a nação ideologicamente. Podemos pensar em nação como uma ideologia ou como um sentimento. Nesse sentido, o Estado é um arranjo político que contribui fortemente para essa ideologia", define Florenzano. Conforme será aprofundado adiante, o professor explica que, para que a nação se constitua e crie uma identidade enquanto tal, dois fatores são fundamentais: "É necessário que haja uma língua e/ou uma religião comum para haver um sentimento de nação envolvendo o Estado", completa. Segundo os historiadores, a formação do Estado-nação moderno ocorreu a partir da decadência do feudalismo. Com a chegada do século 14, começou a emergir uma nova classe social que vivia à margem dos feudos e da atividade agrária. Chamada de burguesia, essa classe era predominantemente comerciante e se fortaleceu devido ao renascimento comercial e urbano que ocorreu na Baixa Idade Média que, por sua vez, ocorreu a partir da revitalização do comércio engendrada pelas guerras das **Cruzadas***. O antigo mundo feudal, marcado por territórios autônomos, agrários e autossuficientes, teve sua economia transformada por feiras e rotas comerciais, que passaram a ser cada vez mais comuns. Em consequência disso, ao redor dos feudos surgiram pequenas vilas - chamadas de burgos - que comportavam um modo de vida ligado ao comércio, bastante diferenciado do interior feudal. Aos poucos, desses burgos emergiram as cidades, nas quais comerciantes e artesões passaram a organizar o seu trabalho reciprocamente.

***Cruzadas** » Movimento militar e religioso de agrupamentos cristãos ocorrido entre os séculos 11 a 13. Tinha o intuito de conquistar dos mouros muçulmanos as terras santas da região de Jerusalém e colocá-las sob domínio da doutrina cristã e seu poder. Classificada como uma "guerra santa", foram nove as Cruzadas, embora algumas fontes considerem apenas as sete primeiras como tal.

"No que diz respeito às criações humanas nada é permanente. Sobretudo quando não estamos falando de coisas físicas, ou seja, quando nos referimos às instituições sociais como o capitalismo, a escravidão ou o Estado" Modesto Florenzano, professor do Departamento de História da USP



Estava nascendo um novo modo de produção que possibilitaria o surgimento da sociedade moderna. Entretanto, esse capitalismo incipiente tinha demandas incompatíveis com a situação daquela época. A fragmentação do poder em feudos e os particularismos em termos de medidas e moedas eram verdadeiros entraves ao desenvolvimento capitalista. A partir disso, a burguesia já fortalecida, em aliança com a antiga realeza - que naquele momento representava apenas um papel simbólico - enfrentou o poder feudal e foi capaz de unificar os Estados nacionais.

Apesar desse modelo ser correntemente apresentado para dar conta do surgimento dos países atuais, o professor Florenzano explica que o Estado-nação moderno se desenvolveu paulatinamente ao longo da história e que esteve diretamente relacionado com a difusão do sentimento nacionalista. "Entre os séculos 16 e 17 surgiram, no Ocidente, os primeiros Estados nacionais modernos, sob a forma de monarquias absolutistas. Portugal e Inglaterra podem ser considerados os primeiros, pois ao mesmo tempo em que esses Estados se constituem como unidades políticas soberanas, apareceram os sentimentos, respectivamente, de uma nação portuguesa e inglesa". Ele completa que no caso da França e da Espanha esse sentimento teria se cristalizado apenas um pouco mais tarde, pois as

suas monarquias abrigavam regiões com culturas e etnias que não se identificavam nem com Castela, no caso da Espanha, nem com a região de Paris, no caso da França. "Em um segundo momento, a partir da Revolução Francesa, o sentimento de nacionalismo se difundiu para a Europa", prossegue. Para o professor, é a partir do século 18, com o advento da Revolução na França, que podemos falar com total segurança na existência de Estados nacionais e de ideologias nacionalistas na Europa. Finalmente, conforme completa Florenzano, em um terceiro momento, no século 19, os Estados nacionais teriam amadurecido ainda mais com o desenvolvimento do romantismo e com a força do nacionalismo alemão.

Além disso, o professor argumenta que mesmo os Estados nacionais modernos - desde seus primeiros esboços, nos quais o nacionalismo ainda não estava totalmente desenvolvido, até o seu desenho atual - sofreram e podem continuar a sofrer mudanças em suas configurações.

Max Weber e o conceito de Estado

A definição weberiana de Estado é talvez uma das mais famosas na Sociologia. No artigo Política como Vocação, o autor afirma que o Estado é "uma relação de homens que dominam seus iguais, mantida pela violência legítima (isto é, considerada legítima)". Assim, na conceituação de Weber, o Estado é um aparato administrativo e político que detém o monopólio da violência legítima dentro de um determinado território, a partir da crença dos indivíduos em sua legitimidade.

Dois pontos são fundamentais na descrição do autor. Primeiramente, o monopólio estatal da violência legítima não significa que apenas o Estado fará uso da força, pois indivíduos e organizações civis poderão eventualmente fazer uso da violência física. Entretanto, apenas o Estado é autorizado pela sociedade para usá-la com legitimidade. Assim, organizações como a máfia italiana ou o crime organizado no Brasil são exemplos de grupos que fazem uso da força sem, todavia, terem o apoio do resto da sociedade para fazê-lo, de forma que a legitimidade do Estado não é questionada. Já, os grupos separatistas que fazem uso da violência para organizar revoluções de cunho político podem, eventualmente, colocar a legitimidade estatal em questão se obtiverem o apoio da maior parte da população.

Em segundo lugar, essa autorização social do uso da força ocorre porque os dominados aceitam obedecer a seus dominantes. Essa aceitação, por sua vez, tem três possíveis justificativas. Pode ocorrer devido a uma "autoridade do passado eterno, ou seja, dos costumes consagrados por meio de validade imemorial", chamada de dominação tradicional. Outra possibilidade é que ocorra devido ao carisma de um líder (dominação carismática). E, como conhecemos nos Estados modernos, ocorre através da legalidade, ou seja, é "fundada na crença da validade legal e da competência funcional baseada em normas racionalmente definidas" (dominação legal).

"O Estado é anterior à nação, pelo menos ao que diz respeito ao Ocidente europeu, no qual foi a existência prévia do Estado que criou a nação ideologicamente. Podemos pensar em nação como uma ideologia ou como um sentimento. Nesse sentido, o Estado é um arranjo político que contribui fortemente para essa ideologia" Modesto Florenzano , professor do Departamento de História da USP

Apesar das particularidades, nos três casos a dominação fundamenta-se exclusivamente na crença da maior parte das pessoas que fazem parte de um determinado Estado na legitimidade do poder daqueles que a domina. Essa definição implica que um Estado não mais se manteria se, do dia para a noite, a parcela

majoritária das pessoas que sustentam a sua existência deixasse de acreditar na validade do sistema que a governa, passasse a fazer uso da força e a acreditar que pode fazê-lo legitimamente. Sendo assim, a instituição estatal somente se sustenta com a aceitação e com o apoio dos dominados. Weber, de certa maneira, se amparava em um elemento psicológico para justificar a dominação estatal. Por causa disso, o Estado tem que se apresentar permanentemente aos cidadãos como legítimo, para manter a crença em sua validade.

No caso do Estado burocrático, sustentado pela dominação legal, estabeleceu-se uma série de normas e limites para a legitimidade do uso estatal da violência. Dessa forma, a força física só poderá ser usada dentro de determinados preceitos, sob o risco de que o Estado perca sua legitimidade se desafiar os. No Estado contemporâneo, a instituição de leis que prescrevem as situações em que a violência poderá ser usada estabelece uma boa possibilidade de que todas as pessoas sejam tratadas da mesma forma e que tenham algum controle sobre as determinações que os rege. Esses elementos foram fundamentais para que o conjunto da sociedade abrisse mão do uso legítimo da violência e se submetesse a dominação estatal na sociedade moderna.

Estado-nação como uma ideia

Conforme afirma o teórico **Stuart Hall*** em seu artigo A questão da identidade cultural, "as culturas nacionais no interior das quais nascemos são uma das principais fontes de identidade cultural". Longe de ser algo hereditário ou natural, a identidade nacional, assim como todas as outras formas de identificação cultural, seria uma representação simbólica. Da mesma maneira, o Estado nacional não seria apenas uma categoria política, mas também uma ideia imaginada. Nesse sentido, concebe-se a nação como um discurso, ou seja, como uma história que é formulada sobre as origens de um povo e que passa a conferir sentido e a orientar o presente e o futuro daqueles que dela fazem parte.

***Stuart Hall** » Nascido na Jamaica em 1932, Stuart Hall é um ensaísta e teórico cultural associado aos Cultural Studies, tendência surgida na década de 1950 como uma renovação da teoria crítica marxista. Hall estudou e lecionou no Reino Unido e é autor de livros como A identidade cultural na pós-modernidade.

Inúmeras estratégias conformariam a identidade nacional. Dentre elas, Hall elenca a "narrativa da nação", ou seja, "um conjunto de histórias, imagens, paisagens, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais" que estão frequentemente presentes na cultura popular, na mídia e na literatura. O autor também fala em uma representação nacional que enfatiza uma origem que se mantém imutável atemporalmente. Nesse mesmo sentido, há uma "invenção da tradição", ou seja, é formulado um ponto de partida que é tomado como algo verdadeiro e muito distante, mas que, na verdade, não é necessariamente como se diz ser. Esse ponto de partida pode não ser tão antigo assim ou não ter ocorrido conforme a idealização histórica o remonta. O "mito fundador" é uma dessas narrativas que localiza a nação em um tempo tão antigo que perde sua concretude e aparece como mítico.

Entretanto, Hall chama a atenção para o fato de que as identidades nacionais não são culturas naturalmente unificadas, mas um "dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade". Dessa forma, a unificação cultural na maioria das nações só foi instituída a partir do uso da violência em relação a outros povos, inclusive aos habitantes originais daquele território. Ainda assim, os países são sempre compostos de uma diversidade em termos de classes sociais, etnias e gênero.

Apesar dessas ressalvas, Hall afirma que a identidade nacional foi a forma preponderante de identificação até o final do século 20. Entretanto, a partir das últimas décadas desse século, a aceleração naquilo que se convencionou chamar de globalização estaria alterando o papel da identidade nacional e do Estado como organizadores da vida social.

"Enquanto houver dominação de classe haverá política e esta assumirá uma forma estatal. Mas, se o comunismo é o fim das classes e da luta entre elas, então ele é também o fim da política e do Estado como forma de dominação" Alvaro Bianchi, professor do Departamento de Ciências Políticas da Unicamp



Evidências de declínio

Ainda do ponto de vista da identidade nacional, Hall afirma que a globalização implicaria em "processos que, operando em uma escala global, atravessam fronteiras nacionais, integram e conectam comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo mais interconectado na realidade e na experiência".

Apesar de não se tratar de um fenômeno recente - pois já era presente durante a expansão dos povos antigos, nas grandes navegações do século 15, dentre outros momentos -, a globalização teria se acelerado intensamente a partir da década de 1970, implicando em um impacto na forma como as identidades nacionais são formuladas.

Para alguns teóricos, isso significa o enfraquecimento e a fragmentação na representação do Estado nacional, com a contrapartida do fortalecimento de outras referências mais globais. Hall explora essas possibilidades, mas também pondera que, ao mesmo tempo em que a globalização possa de fato levar ao declínio da identidade nacional a partir de uma homogeneização cultural global que realiza, é possível que haja um fortalecimento das culturas locais em resposta ao fenômeno.

Um autor importante que, de uma forma diferente, também sugere o enfraquecimento do Estado é o cientista político **Ronald Inglehart***, para quem um novo conjunto de valores - que nomeou de Pós-Materialistas - tende a se tornar hegemônico nas sociedades contemporâneas e, com isso, mudar as relações das pessoas com a política e com o Estado. Esses novos ideais seriam caracterizados por uma maior valorização da democracia direta, com menos propensão dos indivíduos a aceitarem o controle hierárquico ou as instituições intermediárias entre si e a vida política (como partidos e o próprio Estado). Dessa forma, os indivíduos estariam mais inclinados a uma participação direta e à tomada de iniciativas.

***Ronald Inglehart** » Ronald F. Inglehart é um sociólogo e cientista político da Universidade de Michigan, estudioso da questão do Estado, da modernidade e da globalização. Uma de suas obras publicadas em língua portuguesa é *Modernização, Mudança Cultural e Democracia*, em co-autoria com Christian Welzel.

Outro estudioso que pensou sobre os possíveis efeitos da globalização no Estado nacional foi o sociólogo francês **Michel Wieviorka***. Em seu artigo *O Novo Paradigma da Violência*, ele afirma que "de muitos pontos de vista, os Estados contemporâneos, ou pelo menos alguns dentre eles estão enfraquecidos". Apesar de seu foco principal ser a realização de um balanço da violência no passado e na atualidade, verificando as mudanças e as continuidades, o autor acaba lidando com a questão da alteração na configuração do Estado nacional, assim como no seu possível declínio. Isso ocorre porque Wieviorka toma o já analisado conceito de Estado weberiano como ponto de partida e, com isso, pensa nas relações entre as novas formas de violência e o Estado. A partir disso, o Estado (pensando como exclusivo possuidor do direito ao uso da força) estaria em xeque, pois as formas mais antigas de violência, e que tinham os países como referência, teriam se enfraquecido, dando lugar a outras forças que o ameaçam.

Michel Wieviorka» Autor de vasta obra que contempla temas como movimentos sociais, racismo, violência e globalização, o sociólogo francês Michel Wieviorka foi presidente da International Sociological Association (ISA) e dirige pesquisas na École des Hautes Études en Sciences Sociales.

De maneira semelhante a Hall, o autor enfatiza que a aceleração da globalização culminou em economias estatais cada vez mais interdependentes. Além disso, entende que do ponto de vista cultural, a mundialização significa uma homogeneização das particularidades locais. Assim, os Estados se tornam integradas, especialmente a partir do consumo de bens físicos e simbólicos. Da mesma maneira, os quadros territoriais, administrativos e políticos da vida econômica dos países se constituem e se diferenciam menos facilmente. Os governos nacionais passam a ser cada vez menos capazes de controlar a economia, não apenas por deixarem de serem os proprietários dos meios de produção, cada vez mais nas mãos de empresas civis, mas também devido ao enfraquecimento em suas funções reguladoras contra o capital civil, que pressiona os governantes em torno de seu interesse. Pela mesma questão da independência da economia, os Estados tornam-se cada vez mais propensos a se omitir em relação a inúmeras atividades ilegais, como mercados negros, trabalho clandestino, tráfico de armas, de drogas e de bens de consumo.

Outro ponto levantado por Wieviorka é a crescente privatização da segurança pública, através de empresas de segurança privada e de milícias que, de certa maneira, ameaçam o monopólio estatal analisado por Weber. O autor também chama a atenção para a massiva desterritorialização dos indivíduos em relação aos seus lugares de origem, de forma que os laços entre o território e a cultura local são rompidos.

Com a soma desses elementos, o Wieviorka analisa que "é cada vez mais difícil para os Estados assumirem as funções clássicas". Dessa forma, "a nação não pode tão facilmente como antes reclamar para si o monopólio ou o primado absoluto da identidade cultural das pessoas reunidas no seio da comunidade imaginada que ela constitui". Sem encerrar a questão, o autor traz a interpretação de um possível retorno aos impérios antigos ou à Idade Média, com o declínio do Estado: "As fórmulas podem variar, o fato é que elas tanto marcam a ideia de uma superação da forma contemporânea do Estado, como, ao mesmo tempo, uma reinvenção do que foi experimentado no passado".

O fim do Estado?

Economias e culturas cada vez mais interligadas; desvinculação entre territórios e culturas locais; novas formas como as pessoas se relacionam com a política; predominância de empresas civis na economia mundial; enfraquecimento do controle estatal sobre a economia; além da crescente privatização da segurança e da proliferação de atividades ilegais no campo internacional, com pouco controle governamental, são alguns dos elementos que sugerem o enfraquecimento do Estado, pelo menos no formato como o conhecemos. Ainda assim, a instituição estatal sobrevive por milênios. "Ao que diz respeito às sociedades ditas complexas, todas se viram obrigadas a criar o tipo de poder estatal. E, uma vez criado, não houve nenhuma outra configuração paralela", explica Modesto Florenzano.

Entretanto, o professor reafirma que o desenho específico dos Estados ao longo da história variou bastante. Com isso, podemos pensar que talvez esteja sendo esboçado um novo contorno estatal, com a característica de ser mais abrangente e universal que os antigos. "A Europa vive um momento crucial nesse sentido, pois aprofundar a comunidade europeia significa enfraquecer o poder dos Estados-nação que a constituem. Para que o poder supranacional europeu possa se completar, será preciso, necessariamente, enfraquecer e desmontar o poder estatal nacional", aposta o professor.

Lucas Rocha

O Marxismo e o Fim do Estado



Uma outra maneira pela qual é possível pensarmos na abolição do estado é pela perspectiva teórica marxista. em uma pequena entrevista, o professor Alvaro Bianchi, integrante do departamento de ciências Políticas da unicamp e especialista no tema, buscou esclarecer as concepções marxistas sobre o Estado.

Como Marx compreende os estados?

No *Manifesto Comunista* Karl Marx e Friedrich Engels definiram o governo moderno como o comitê executivo dos negócios comuns a toda a burguesia. essa definição pode ser interpretada de um modo instrumental, segundo o qual o estado é apenas um aparelho da classe dominante. em seus estudos histórico-políticos, entretanto, Marx deixou clara a sua perspectiva relacional: o estado moderno é ele próprio resultado e participante do conflito entre capital e trabalho.

Para Marx, os estados seriam necessariamente superados

A política tem como característica a dominação de uma parte da sociedade por outra. enquanto houver dominação de classe haverá política e esta assumirá uma forma estatal. Mas, se o comunismo é o fim das classes e da luta entre elas, então ele é também o fim da política e do estado como forma de dominação. segundo Marx e Engels, com o comunismo, o poder público perde seu caráter político, ou seja, estatal.

Na visão marxista, qual seria a alternativa aos estados nacionais superados?

A associação de homens e mulheres livremente é a alternativa. É importante notar que Marx e Engels não falam no fim do poder público e sim no fim do poder político, ou seja, daquela forma de poder que tem por objetivo garantir a dominação de uma classe por outra.

Como a sociologia marxista atual interpreta a existência dos estados nacionais? ainda se tem a mesma concepção de Marx?

A teoria política marxista avançou muito desde a morte de Marx. Lenin, na década de 1910, teve um papel muito importante na reconstrução da teoria marxiana do estado, resgatando a importância dos textos de Marx referentes à comuna de Paris. Neste autor, fica clara a perspectiva de destruição do estado capitalista e as novas formas que um estado de transição deveria adotar. A partir do final dos anos de 1960, uma nova onda de estudos marxistas sobre o estado ganhou corpo, procurando compreender a permanência da dominação capitalista. tais estudos procuraram esclarecer alguns temas, como o porquê do estado nacional não se apresentar como instrumento de dominação de uma classe por outra, mas sim como o estado de todos; além da investigação sobre a compatibilidade entre capitalismo e intervenção estatal na economia e a investigação da relação entre a burguesia e a elite do poder.

Dica de Livros

Um mapa da questão nacional (Contraponto, 2000) BALAKRISHNAN, Gopal (org.)

A crise do Estado-nação(Civilização Brasileira, 2003) NOVAES, Adauto (org.)

MAYSA RODRIGUES é Jornalista. *Revista Sociologia*, maio de 2011.

Direito e moral (WALTER CENEVIVA)

INDEPENDENTEMENTE do andamento do caso Palocci, a contraposição de Direito e moral tem sido constante no noticiário nacional e internacional. Lembro ao leitor que, há pouco tempo, me referi a ideias de Ronald Dworkin, no livro "A Justiça de Toga"(WMF Martins Fontes) distinguindo duas vertentes dos fatos da vida: a jurídica e a ética.

Nesse tema, a semana assinalou condutas de figuras conhecidas em vários níveis da comunidade, que deveriam caracterizar os valores éticos que são esperados das pessoas públicas. Acusados de ações contrárias aos bons costumes se defendem com o argumento de que a lei não as proíbe dos comportamentos e das ações divulgados.

No repique, ainda afirmam que os mesmos expedientes e critérios também foram adotados pelos seus acusadores. No turbilhão da vida moderna, a ampla transformação dos costumes, dos padrões morais e legais de conduta, é decomposta por Dworkin em vários estágios, todos válidos para a situação brasileira.

O filósofo distingue os semânticos (a variação dos conceitos, de sua nomenclatura e da aplicação diária), teóricos (a teoria jurídica envolve conceitos interpretativos cujas alternativas são frequentemente

Prof. Lucas Rocha

conflitantes) e, por último, estágios doutrinários (a busca de teoria do valor do direito se embaraça frequentemente com a etapa teórica de sua aplicação).

Aferir o Direito na prática e ignorar a valoração moral de atos e atores leva a distorções, porquanto o Direito tem normas (claras ou não) nas leis e na jurisprudência. Ignorar a lei para defender preceitos morais também pode levar a abusos, variáveis que são das condutas de pessoa para pessoa, em maior velocidade nos tempos atuais.

Na pluralidade das alternativas possíveis falta compor o parâmetro definitivo da conduta da maioria. Quem viveu na ditadura sabe, por exemplo, de ações discricionárias, sob desculpa de combater a corrupção e a "imoralidade" dos acusados. A influência do defeito cria dificuldade na busca da adequada interpretação da lei mesmo quando seja clara.

Os doutrinadores até discutiram a possibilidade de que o Legislativo interpretasse as leis de sua criação, sob o argumento de que sendo o gerador da norma estaria mais bem preparado para dizer o que nela está contido. Não pegou. Ainda bem, pois cada poder deve ter os seus contrapontos.

A interpretação cabe ao Poder Judiciário, no equilíbrio do processo democrático. Sabemos que não subsiste a igualdade de forças entre os três poderes, só preponderante o Executivo. Elabora leis de seu interesse (ainda que sob o disfarce de serem provisórias), embaraça a apuração de atuações duvidosas de seus integrantes.

As situações que temos vivido chocam o povo, quando faltante a apuração em profundidade, para confirmar ou negar as acusações. Lembremos que a presunção de inocência é preceito constitucional e valor moral inafastável e que a solução dada pelo direito aplicado no trabalho humano do Judiciário nem sempre é justa. Até por isso, entramos neste novo século sob as primeiras visões da moralidade constitucional (artigo 37 da Carta). Para mesclar ética e Direito, a luta será longa, mas não se chegará ao fim dela se não pensarmos na arrancada inicial, capaz de superar os problemas da rápida transformação da realidade mutável.

Folha de São Paulo, maio de 2011.

A large, stylized signature in yellow and orange script, reading "Lucas Rocha", is positioned at the bottom of the page. The signature is set against a light blue rectangular background that also contains a faint, large, light blue circular graphic element.